



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA
SECRETARIA NACIONAL DE PESCA ARTESANAL
REDE NACIONAL COLABORATIVA PARA A GESTÃO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS PESQUEIROS -
REDE PESCA BRASIL

COMITÊ PERMANENTE DE GESTÃO DA PESCA E DO USO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS
PESQUEIROS PELÁGICOS DAS REGIÕES NORTE E NORDESTE – CPG PELÁGICOS N/NE

ATA DA 1ª SESSÃO ORDINÁRIA

REUNIÃO MISTA

São Luís/MA, 27 e 28 de novembro de 2023

1. ABERTURA

No dia 27 e 28 de novembro de 2023, às 9h00, horário de Brasília, o Coordenador do CPG Pelágicos Norte e Nordeste, o Sr. Jocemar Mendonça, verificou o quórum e solicitou a apresentação dos membros seguindo a ordem da Portaria MPA nº 130, de 5 de setembro de 2023. Após as apresentações, foi dado sequência aos ritos iniciais da reunião, cumprimentando a todos e agradecendo a presença, oferecendo as boas-vindas para a 1ª Sessão Ordinária do Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros Pelágicos das Regiões Norte e Nordeste, no âmbito da Rede de Pesca Brasil.

1. PARTICIPANTES

Relação dos membros, representantes e convidados que participaram da 1ª Sessão Ordinária, realizada em formato híbrido (presencial e por videoconferência):

- Coordenação CPG Pelágicos Norte e Nordeste

Jocemar Tomasino Mendonça (Coordenador)

- Secretaria-executiva do CPG Pelágicos Norte e Nordeste

Floraldo Mota Rocha (Secretário Adjunto *Suplente*)

Sandy Evelin Rodrigues Lima (Equipe de Apoio)

- Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA)

Mariana Santos Lobato Martins (Suplente)

Ynês Alves de Araujo (Convidada - SERMOP/MPA)

- Associação Brasileira das Indústrias de Pescados (ABIPESCA)

Laís Belsito Pestana (Titular)

- Associação Brasileira de Engenharia de Pesca (ABEP)

Diogo Martins Nunes (Titular)

- Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI)

Iran Cardoso Júnior (Titular)

**- Associação Nacional dos Armadores e Proprietários de Embarcações
Pesqueiras (PESCABR)**

Eloy de Sousa Araújo (Titular)

- Associação RARE BRASIL

Érica Antunes Jimenez (Suplente)

- Coletivo Nacional de Pesca e Aquicultura (CONEPE)

Carlos Eduardo Villaça (Suplente)

- Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores (CNPA)

Elenildo de Souza Nascimento (Suplente)

**- Cooperativa Mista de Pesca e Aquicultura da Região do Salgado
(COOMPESCAR)**

Manoel Fernandes Ribeiro Junior (Titular)

- Federação Nacional dos Engenheiros de Pesca do Brasil (FAEP-BR)

Lucas Eduardo Comassetto (Suplente)

**- Sindicato da Indústria de Pesca do Estado do Rio Grande do Norte
(SINDIPESCA-RN)**

Arimar França Filho (Suplente)

- Sindicato das Indústria de Frio e Pesca do Estado do Ceará (SINDIFRIO-CE)

Fernando Botelho (Suplente)

- Sindicato das Indústrias de Pesca, da Aquicultura e da Empresas Armadoras, Armadores e Proprietários de Embarcações de Pesca do Estado do Pará (SINPESCA)

Arnildo de Sousa Brito (Titular)

Ministério do Trabalho e Previdência (MTP)

Lidiane Pires Antonelli (Suplente)

- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)

José Vicente da Silva (Titular)

- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)

Alex Garcia Cavalleiro de Macedo Klautau (Suplente)

- Secretaria de Desenvolvimento Agrário do Estado de Pernambuco (SDA/PE)

Humberto Bertino Arraes (Suplente)

CONVIDADOS

- Superintendência Federal de Pesca e Aquicultura do Maranhão (SFPA-MA)

Lyssandra Kelly S. Ferraz

Elisvane Pereira Gama

Sandra Maria Maria R. da Silva

- Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Rodrigo Sávio Teixeira de Moura Diogénes

Getúlio Rincon Filho

- Confederação Nacional de Federações das Associações de Pescadores Artesanais e Aquicultura e de Organizações de Pesca (CONFAPESCA)

Ajax Tavares

3. TEMAS APRESENTADOS/DISCUTIDOS

3.1 APROVAÇÃO DA AGENDA

Ao dar início à reunião, o Coordenador Sr. Jocemar Mendonça informou que a Sessão seria conduzida conforme o seguinte sumário: 1 - Abertura; 2 - Apresentação dos Participantes; 3 - Aprovação da Agenda; 4 - Apresentação da Nova estrutura do Ministério da Pesca e Aquicultura; 5 - Rede Pesca Brasil, Regimento interno e Banco Técnico-Científico; 6 - Apresentação do Programa Povos da Pesca Artesanal; 7 - Demandas Recebidas; 8 - Informes de Registro, Monitoramento e Pesquisa; 9 - Emalhe Norte e Nordeste; 10 - Pesca do Peixe Serra; 11- Levantamento de Pleitos; 12 - Recomendações e Definição de Calendário de Reuniões.

Logo após, o Coordenador apresentou a plenária para aprovação e possível inclusão de pauta, a Agenda Provisória para a 1ª Sessão Ordinária no CPG Pelágicos Norte e Nordeste. Diante da ausência de manifestações, a agenda para a 1ª Sessão Ordinária no CPG Pelágicos Norte e Nordeste foi declarada aprovada.

3.2 APRESENTAÇÃO DA NOVA ESTRUTURA DO MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

O Coordenador Sr. Jocemar Mendonça apresentou a nova estrutura organizacional do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), estabelecida em 2023 pelo Decreto nº 11.624/2023. Foi apresentado um organograma com o quadro das 5 (cinco) secretarias que compõem o MPA, a saber: Secretaria Executiva (SE/MPA), Secretaria Nacional de Pesca Artesanal (SNPA/MPA), Secretaria Nacional de Aquicultura (SNA/MPA), Secretaria Nacional de Registro, Monitoramento e Pesquisa (SERMOP/MPA) e Secretaria Nacional de Pesca Industrial, Armadora e Esportiva (SNPI/MPA).

3.3 APRESENTAÇÃO DA REDE PESCA BRASIL, REGIMENTO INTERNO E BANCO TÉCNICO-CIENTÍFICO

Na sequência, o Coordenador Sr. Jocemar Mendonça realizou uma apresentação sobre a Rede Nacional Colaborativa para a Gestão Sustentável dos Recursos Pesqueiros - REDE PESCA BRASIL, detalhando de maneira concisa os 10 (dez) Comitês Permanentes em vigência no âmbito do MPA.

Em seguida, abordou as diretrizes do Regimento Interno da REDE PESCA BRASIL para participação e inclusão de membros permanentes aos CPGs. O Coordenador enfatizou a relevância de ampliar a participação de membros do seguimento da pesca artesanal nos comitês permanentes, visando enriquecer as discussões e promover o aprimoramento da gestão pesqueira no país.

Perante o exposto, o Sr. Ajax Tavares (CONFAPESCA) expressou interesse em integrar o referido CPG, através da instituição a qual faz parte, tornando-o assim integrante do CPG Pelágicos Norte e Nordeste. Em resposta, a Sra. Mariana Martins (MPA) esclareceu que esse processo dependerá de uma revisão prévia do decreto e, posteriormente, da publicação de um edital de chamamento público para convocar a adesão de novos membros aos CPGs.

O Coordenador reiterou que essa seleção é destinada somente às instituições da sociedade envolvida com a atividade pesqueira, uma vez que as Instituições da administração pública serão previamente convidadas conforme o disposto na Portaria SAP/MAPA nº 554/2022.

3.4 APRESENTAÇÃO DO PROGRAMA POVOS DA PESCA ARTESANAL

Neste item da agenda, a Sra. Erina Gomes, Coordenadora Geral de Territórios e Integração de Políticas Públicas da Secretaria Nacional da Pesca Artesanal - MPA, fez uma apresentação sobre os principais objetivos e ações do Programa Povos da Pesca Artesanal, instituído pelo Decreto nº 11.629, em 2 de agosto de 2023.

Durante sua apresentação, a Coordenadora elucidou que o programa tem como finalidade principal desenvolver e implementar políticas públicas pautadas na participação social, visando à defesa, promoção e fortalecimento das comunidades pesqueiras em todo o território nacional. Adicionalmente, destacou os objetivos

centrais do programa, que consistem na capacitação dos pescadores e pescadoras artesanais, no aprimoramento da produção e comercialização do pescado, na garantia da segurança alimentar e nutricional do país e na promoção da justiça socioambiental no âmbito da pesca artesanal.

Além disso, relatou as ações prioritárias desenvolvidas em conjunto com instituições e organizações sociais, como o Subprograma Jovem Cientista da Pesca Artesanal e os Subprogramas Culturas Pesqueiras Artesanais do Brasil.

3. 5 DEMANDAS RECEBIDAS

Ao avançar na pauta, o Coordenador Sr. Jocemar Mendonça apontou a ausência de demandas recebidas pelo Ministério de Pesca e Aquicultura (MPA) sobre a pesca de peixes pelágicos nas Regiões Norte e Nordeste. Por conta disso, as demandas apresentadas foram baseadas no conhecimento que o MPA possui em relação a espécies ou pescarias que necessitam de um melhor ordenamento, tais como o peixe-serra (*Scomberomurus brasiliensis*) e o peixe-voador (*Hirundichthys affinis*).

Ante o exposto, o Sr. Patrick Freire (SEPA-MA) sugeriu uma avaliação mais aprofundada sobre a pescada amarela (*Cynoscion acoupa*), visto que é um recurso amplamente explorado nos estados do Pará e Maranhão.

Com isso, houve uma discussão sobre a inclusão da pescada amarela como pauta de discussão no CPG Pelágicos, considerando que a espécie é um peixe demersal, mas de grande importância à pesca da região. Diante dessa questão, o Coordenador explicou que, devido à elevada quantidade de demandas atendidas pelo CPG Demersais, o CPG Pelágicos encontra-se à disposição para discussão e eventuais contribuições no âmbito do ordenamento pesqueiro dessa espécie.

O Sr. José Vicente (IBAMA) propôs que a espécie em debate fosse discutida apenas no CPG Demersais. Já a Sra. Mariana Martins (MPA), sugeriu que as deliberações sobre a referida espécie sejam conduzidas em ambos os Comitês Permanentes, destacando, por sua vez, a importância de concentrar esforços na revisão da IN IBAMA nº 166/2007.

Em seguida, o Sr. Carlos Eduardo (CONEPE) ratificou a importância da avaliação e prontidão do CPG Pelágicos para a análise de peixes demersais e, como

sugestão, propôs que a espécie pescada gó (*Macrodon ancylodon*) seja abordada nas próximas reuniões.

Por fim, ficou acordado que as espécies mencionadas serão pautas para discussão no CPG Pelágicos Norte e Nordeste, até que haja uma subsequente análise da portaria IN IBAMA n° 166/2007, com vistas a buscar um melhor ordenamento para esses recursos.

Com isso, foi encerrado o turno da manhã do primeiro dia de reunião do CPG Pelágicos Norte e Nordeste.

3.6 INFORMES DE REGISTRO, MONITORAMENTO E PESQUISA

No segundo momento da reunião, a Sra. Ynês Araújo (SERMOP) iniciou sua apresentação fornecendo uma breve síntese sobre a estrutura da Secretaria Nacional de Registro, Monitoramento e Pesquisa da Pesca e Aquicultura, incluindo suas coordenações e departamentos.

Em seguida, abordou as principais ações desenvolvidas ao longo do ano de 2023, citando a elaboração e atualização de normas já existentes e o desenvolvimento de sistemas como o RGP Aquicultor e o Sistema Pesca Amadora e Esportiva. Além disso, destacou a criação do GT RGP (Grupo de Trabalho sobre o Registro Geral de Pesca) para análises de registros de pescadores e pescadoras. Apresentou ainda que foi realizada uma força-tarefa que buscou sanar a demanda represada de registros de pescadores profissionais que resultou na análise de mais de 200 mil registros de vários estados do Brasil.

Em relação ao monitoramento, informou que uma das ações prioritárias da Secretaria Nacional de Registro, Monitoramento e Pesquisa da Pesca e Aquicultura (SERMOP), vem sendo a consolidação dos dados de monitoramento de desembarque pesqueiro distribuídos em diferentes iniciativas ao longo do Brasil, com o intuito de resgatar informações para o monitoramento pesqueiro.

Por fim, explanou os projetos de pesquisa realizados em colaboração com instituições públicas, com o intuito de coletar e produzir informações necessárias para o desenvolvimento da estatística pesqueira no país.

Após isso, o Coordenador Sr. Jocemar Mendonça trouxe à tona o questionamento do Sr. Manoel Fernandes (COOMPESCAR) sobre os procedimentos

adotados para protocolar o mapa de bordo das embarcações. Em resposta, a Sra. Ynês Araújo explicou que o protocolo é realizado somente de forma digital no Sistema PesqBrasil.

O Sr. Getúlio Rincon (UFMA) pediu a palavra e questionou sobre a obrigatoriedade da entrega dos mapas de bordos pelas embarcações artesanais. Em resposta, a Sra. Ynês Araújo argumentou que, salvo algumas exceções, a entrega dos mapas de bordo é atribuída aos responsáveis legais pelas embarcações, independentemente da frota ou modalidade permissionada, sendo necessário a observância das normas para o preenchimento e entrega do documento.

O Sr. Patrick Freire (SEPA-MA) ressaltou a importância da coleta e produção de dados estatísticos para o setor pesqueiro, como também questionou se a secretaria dispõe de um modelo definitivo para obtenção desses dados. Foi explicado que, em razão da recente criação da coordenação de pesquisa e estatística, a secretaria ainda possui um programa ou modelo estabelecido.

O Sr. Getúlio Rincon (UFMA) expressou sua preocupação quanto à identificação de capturas reportadas pelos pescadores nos mapas de bordo, visto que não há um controle das espécies capturadas.

A Sra. Ynês Araújo explanou que a SERMOP vem trabalhando para sanar esses problemas, acentuando as parcerias com instituições para melhorias na fiscalização das capturas informadas.

3.7 EMALHE NORTE E NORDESTE

Ao dar continuidade às apresentações do CPG Pelágicos Norte e Nordeste, o Coordenador Sr. Jocemar Mendonça introduziu brevemente ao contexto de discussão a Instrução Normativa IBAMA nº 166, de 18 de julho de 2007, que estabelece diretrizes para a pesca com rede de emalhar em todo o litoral brasileiro.

A principal preocupação levantada pelo Coordenador diz respeito ao artigo 8º dessa instrução, que, a partir da data de sua assinatura, impôs limitações à concessão de novas autorizações para a pesca com redes de emalhar de superfície e de fundo. Assim, a regulamentação de embarcações de pesca ficou restrita a apenas algumas

concessões, acarretando um grande impasse para o setor pesqueiro, especialmente na identificação e regularização das frotas pesqueiras que atuam ilegalmente.

Diante desse contexto e visto a ausência de revisões da referida normativa, o Coordenador ressaltou a importância de iniciar discussões para avaliar a IN IBAMA nº 166/2007, a fim de promover a regularização das frotas que operam com rede de emalhar nas águas costeiras do norte e nordeste do país.

Após isso, o Coordenador passou a palavra para a Sra. Mariana Martins (MPA) que apresentou uma síntese dos principais eventos que levaram à construção da Instrução Normativa IBAMA nº 166/ 2007. Para melhor abordagem do assunto, a Sra. Mariana discorreu sobre a Instrução Normativa N°10/2011, que trata das normas gerais para organização do sistema de permissionamento de embarcações de pesca. Na instrução, está delimitada as modalidades de emalhe costeiro (superfície e fundo), assim como as espécies a capturar e as áreas de operação permitidas.

Em seguida, destacou a justificativa que deu origem à Instrução Normativa IBAMA N°166/2007, a qual foi definida como '*medidas emergenciais de ordenamento pesqueiro para evitar a captura incidental de mamíferos aquáticos, quelônios e aves marinhas*'. Por conseguinte, salientou que a motivação principal para a elaboração da normativa foi baseada na divulgação de imagens de crime ambiental configurado pela captura e abate de botos por embarcações de pesca de emalhe na Costa Norte do país. Portanto, destacou que a instrução foi elaborada sem um diálogo aprofundado com o setor pesqueiro, configurando-se como uma medida reativa para contrapor a pressão da mídia naquele momento.

Dentro desse contexto, surgiu uma expressiva demanda do setor pesqueiro solicitando a revogação da portaria. Com isso, a Sra. Mariana demonstrou as diversas instâncias de debates ocorridas ao longo do tempo, destacando a criação do Grupo Técnico de Trabalho - GTT Emalhe, em 2011. Comentou também que esse grupo foi estabelecido com o propósito de formular recomendações de gestão específicas para cada região, no qual, foi apresentado algumas minutas de portaria para discussão.

Como resultado desse processo, foi promulgada a Instrução Normativa Interministerial MPA/MMA nº 12/2012, que regulamenta a pesca de emalhe exclusivamente nas regiões Sudeste e Sul. Ressaltou que, apesar das propostas de minutas destinadas às regiões Norte e Nordeste, ainda não foi promulgada uma

normativa específica que contemplem a pesca de emalhar nessas regiões.

Considerando o exposto, o Coordenador Jocemar Mendonça reiterou a importância da avaliação da Instrução Normativa IBAMA nº 10/2007 para o litoral Norte e Nordeste, a exemplo do realizado para as regiões Sul e Sudeste. Em seguida, instigou os membros a compartilharem suas contribuições sobre o assunto.

O Sr. Getúlio Rincon (UFMA) pediu a palavra e destacou a necessidade de revisões das espécies listadas na fauna acompanhante e incidental para a modalidade de emalhar dispostas na IN nº 10/2011, visto o estado de vulnerabilidade de algumas dessas espécies.

O Sr. José Vicente (IBAMA) explanou as dificuldades da gestão pesqueira para a obtenção de dados estatísticos das pescarias, bem como os passivos para as renovações de registros de embarcações. Diante disso, relatou sua preocupação com a possibilidade de revisão da IN IBAMA nº 166/2007, visto as dificuldades mencionadas.

A Sra. Mariana Martins (MPA) relatou compreender as preocupações apresentadas, porém explicou que a IN IBAMA nº 166/2007, que regulamenta a pesca de emalhe, é insuficiente para o monitoramento das frotas pesqueiras envolvidas nessa modalidade. Acrescentou ainda, que, desde a promulgação da portaria em 2007, o setor pesqueiro tem negligenciado e marginalizado a pesca com rede emalhe. Diante disso, sublinhou a necessidade da tomada de ações que busquem identificar essas frotas pesqueiras, a fim de traçar estratégias de gestão mais eficazes.

O Sr. José Vicente (IBAMA) reiterou o receio de iniciar a discussão sobre a atualização da IN nº 166/2007 sem um escopo prévio quanto a real situação dos estoques pesqueiros.

Assim, diante do conflito de ideias referente à revisão da IN nº 166/2007, o Coordenador sugeriu que os membros refletissem sobre o tema e, posteriormente, retomassem a discussão nas próximas reuniões.

3. 8 PESCA DO PEIXE SERRA

Dando seguimento a reunião, o Coordenador Sr. Jocemar Mendonça abordou a pesca do peixe-serra (*Scomberomurus brasiliensis*) realizada no litoral Norte e Nordeste do Brasil. No qual, destacou alguns dados de produção e de desembarque

pesqueiro registrados nos estados do Pará, Maranhão e Ceará entre os anos de 1950 e 2015.

O Coordenador comentou que estudos recentes de avaliação de estoques demonstraram que a espécie se encontra em estado de sobrepesca. Diante desse cenário, ressaltou a importância de discutir medidas de ordenamento para a frota destinada à pesca do peixe-serra, visto a relevância econômica e social desse recurso para as regiões norte e nordeste do país.

O Sr. Eloy Araújo (PESCA-BR) salientou que para discutir o ordenamento da pesca do peixe serra nessas regiões, é essencial reconhecer as dificuldades que o setor pesqueiro enfrenta em identificar as frotas que operam de maneira ilegal.

Em resposta, o Coordenador revelou reconhecer as dificuldades quanto a legalização de embarcações pesqueiras e evidenciou o trabalho que o ministério vem realizando para regularizar as frotas não registradas. Nisto, destacou as discussões que têm sido realizadas em torno da atualização da IN IBAMA nº 166/2007 que limita a pesca com rede de emalhar.

O Sr. José Vicente (IBAMA) expressou a opinião de que legalizar embarcações que já operam de forma ilegal não seria a melhor abordagem para garantir a sustentabilidade da atividade pesqueira. Em vez disso, sugeriu que o trabalho a ser realizado no CPG deveria focar na identificação do volume de embarcações ilegais e das capturas associadas a elas. No qual, propôs retirar ou restringir essas embarcações de continuar realizando atividades ilegais.

Na sequência, a Sra. Mariana Martins (MPA) expressou a complexidade que envolve a ilegalidade das embarcações assim como as dificuldades que a gestão pesqueira enfrenta para fiscalização e controle das frotas pesqueiras. No entanto, destacou que a retirada em massa de embarcações não regulamentadas pode afetar a vida de milhares de pescadores que dependem unicamente desta atividade. Sendo assim, ressaltou que o setor pesqueiro deve buscar formas de discutir e revisar a IN IBAMA nº 166/2007, de modo que, a gestão das pescarias que atuam com rede de emalhar seja realizada da forma mais sustentável possível.

3. 9 LEVANTAMENTO DE PLEITOS

O Coordenador Sr. Jocemar Mendonça registra que baseado nas discussões feitas desde o início da reunião, os principais pleitos para discussão no âmbito do CPG Pelágicos Norte e Nordeste são: revisão da IN IBAMA nº 166/2007; Ordenamento da Pescada Amarela (*Cynoscion acoupa*) e Pescada Gó (*Macrodon ancylodon*) nas próximas reuniões do CPG Pelágicos Norte e Nordeste.

3.10 RECOMENDAÇÕES E DEFINIÇÃO DE CALENDÁRIO DE REUNIÕES

O Coordenador Sr. Jocemar Mendonça, iniciou a construção conjunta com os membros, das Recomendações da 1ª Sessão Ordinária do CPG Pelágicos Norte e Nordeste, conforme estabelecido na Portaria SAP/MAPA nº 554, de 21 de janeiro de 2022, que trata do Regimento Interno da Rede Pesca Brasil. Após a discussão das recomendações propostas, foi aberta a fala aos membros.

A Sra. Mariana Martins (MPA) sugeriu como recomendação, a apresentação do trabalho realizado no estado do Amapá referente ao levantamento de informações sobre a frota de emalhe e seu processo de gestão.

Em seguida, o Sr. Manoel Fernandes (COOMPESCAR) propôs a inclusão de medidas para avaliação do defeso, controle de esforço e rastreamento das embarcações da frota do peixe serra na região norte.

Na ausência de novas manifestações, foram finalizadas as recomendações, totalizando 7 (sete), conforme detalhado na Tabela 01 em anexo ao final desta Ata. Ao encerrar a sessão, o Coordenador e os membros debateram sobre as potenciais datas e locais para as futuras reuniões do CPG Pelágicos Norte e Nordeste. Ficou acordado que a segunda quinzena de julho de 2024 seria a data preferencial para o próximo encontro, sendo sugerida a cidade de Brasília/DF para sediar o evento.

4. ENCERRAMENTO

Ao término da reunião, o Sr. Jocemar Mendonça, Coordenador do CPG Pelágicos Norte e Nordeste, expressou seus agradecimentos pela participação e colaboração de todos os presentes, ressaltando a importância das discussões para aprimorar o ordenamento e monitoramento da atividade pesqueira no país. Não

havendo outros assuntos e manifestações, e antes do encerramento formal da sessão, o Coordenador convidou todos os presentes, tanto no auditório quanto na videoconferência, para participarem de um registro fotográfico da reunião. Por fim, declarou encerrada a 1ª Sessão Ordinária do CPG Pelágicos Norte e Nordeste.

Anexo I

Tabela 01. Recomendações da 1ª Sessão Ordinária do Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros Pelágicos das Regiões Norte e Nordeste - CPG Pelágicos Norte e Nordeste da Rede Nacional Colaborativa para a Gestão Sustentável dos Recursos Pesqueiros - Rede Pesca Brasil, ocorrida em formato híbrido pela plataforma Google Meet, nos dias 27 e 28 de novembro de 2023, em São Luís/MA.

RECOMENDAÇÃO	RESPONSÁVEL (Nome/instituição)	PRAZO PARA ATENDIMENTO
REC 1/2023: Instituir o Grupo Técnico Científico - GTC do CPG Pelágicos N/NE.	Coordenação CPG Pelágicos N/NE	Até fevereiro/2024
REC 2/2023: Realizar diagnóstico sobre a cadeia produtiva da pescada amarela no litoral norte e nordeste, incluindo informações sobre a frota atuante.	GTC Pelágicos N/NE	A depender da instituição do GTC
REC 3/2023: Realizar diagnóstico sobre a cadeia produtiva da pescada gó no litoral norte e nordeste, incluindo informações sobre a frota atuante.	GTC Pelágicos N/NE	A depender da instituição do GTC
REC 4/2023: Elaborar Plano de Trabalho para estabelecer Grupos Regionais de Trabalho para revisão da IN IBAMA nº 166, de 2007.	MPA e MMA	Abril/2024
REC 5/2023: Instituir Grupos Regionais de Trabalho para revisão da IN IBAMA nº 166/2007.	MPA	Próxima reunião do CPG
REC 6/2023: Analisar possíveis medidas de ordenamento para a frota destinada à pesca do peixe serra (<i>S. brasiliensis</i>), considerando a avaliação de estoque mais recente e as discussões da 1ª Sessão Ordinária do CPG Pelágicos N/NE. Avaliando medidas como defeso, controle de	GTC Pelágicos N/NE	A depender da instituição do GTC

esforço e rastreamento para a frota da região norte.		
REC 7/2023: Apresentar o trabalho realizado no Amapá referente ao levantamento de informações sobre a frota de emalhe e seu processo de gestão.	UFPA e Representação dos pescadores no estado	Próxima reunião do CPG